

Uma política certa, que pode provocar revolta

O Governo Sarney finalmente anunciou uma política correta, corretíssima, para combater disparadas periódicas nos preços dos alimentos, conciliando os interesses dos agricultores com as necessidades dos consumidores: a fixação de preços máximos para os gêneros alimentícios e produtos agrícolas em geral — que, diga-se desde já, nada tem que ver com tabelamento.

No entanto, se Brasília não explicar rápida e meticulosamente a mecânica de funcionamento do novo sistema, vai provocar — por pura desinformação — uma chuva de protestos por parte dos produtores rurais, que se sentirão escolhidos para pagar o preço pelo combate à inflação, neste momento.

Na verdade não se trata de nada disso. A política de preços máximos terá o dom de ajudar a combater a inflação, efetivamente, beneficiando portanto o consumidor e todo o País. Mas, ao mesmo tempo, ela terá como objetivo garantir uma remuneração adequada ao produtor, nos próximos anos. Como isso seria conseguido? Primeiro, recapitule-se o que tem ocorrido nos últimos anos, em relação à produção agrícola. Periodicamente há altas de preços, disparadas incríveis, para determinados produtos, o que faz com que enorme parcela de produtores "corra" para produzi-los, na safra seguinte. Com isso desemboca-se em um período de aumento de produção e queda de preços. No ano seguinte volta à cena o ciclo inverso: redução da produção, disparada de pre-

ços, explosão da inflação.

Nesse processo, quando se analisam as estatísticas ao longo de quatro ou cinco anos, verifica-se que nem há lucros para a agricultura tomada como um todo, nem para o consumidor. Por que? Os lucros fabulosos obtidos por produtores em um ano de escassez são devorados, no ano seguinte, pelos prejuízos resultantes de safras abundantes. Da mesma forma, a vantagem de "comprar barato", oferecida em determinado ano ao consumidor, é totalmente eliminada no ano seguinte, com as altas de preços de 600 por cento, 700 por cento ou até 1.000 por cento.

De quebra, outro aspecto, nem sempre lembrado: a "montanha russa" dos preços agrícolas leva grande parcela dos produtores a mudar periodicamente de tipo de cultura (abandonando aquela que sofre com a superprodução e correndo para aquela que oferece, momentaneamente, grandes lucros), o que representa também prejuízos "invisíveis" como o abandono de instalações e equipamentos, a perda de produtividade, os recuos tecnológicos etc.

Há estudos, principalmente do economista Fernando Homem de Mello, da Universidade de São Paulo, que "medem" perfeitamente os efeitos desses ciclos de altas e baixas de preços sobre a renda do produtor. Ao longo de quatro anos, por exemplo, um produtor de arroz pode ter enfrentado prejuízos de 20 por cento na comercialização de sua safra de dois anos e obtido lu-

cros de 40 por cento na comercialização de sua safra de outros dois anos. Tirando-se a média desses lucros e prejuízos vai-se verificar que, na verdade, de forma simplificada, o produtor ganhou só 40 por cento ao longo de quatro anos (porque, simplificadamente, perdeu 40 por cento em dois anos e lucrou 80 por cento nos outros dois), o que equivaleria à média anual de 10 por cento.

É a partir dessas "médias" de lucros que o Governo pretende estabelecer os preços "máximos" para os produtos agrícolas. Como o esquema funcionaria? É simples. Suponha-se que, depois de calcular todo o custo de produção, e já calcular uma margem de lucro para o produtor, o Governo chegue a um preço de 100, para a soja, por exemplo. Suponha-se ainda que os estudos relativos aos preços pagos por esse produto nos últimos cinco mostrem que, na "média", entre lucros e prejuízos, a margem de ganho do produtor seja de 10 por cento ao ano. Nesse caso, o Governo estabelecerá como preço "máximo" para a soja a cifra de 110 (isto é, os 100 mais 10 por cento).

E para que serviria esse preço "máximo"? Sempre que, por um motivo qualquer, os preços da soja (tomada como exemplo, mas a mecânica valeria para todos os outros produtos) se aproximassem dos 110, o Governo imediatamente lançaria seus estoques no mercado, ou mesmo autorizaria importações, para que os preços não ultrapassassem aquele "teto".

Com esse esquema, como se vê, o produtor teria sempre o seu lucro assegurado. E haveria regras fixas, conhecidas, válidas permanentemente, para as vendas de estoques do Governo, ou para a autorização das importações. Com isso seria eliminado, de um lado, o caráter de improvisação que tem marcado os estoques do Governo ou as importações, realizadas muitas vezes em momentos inoportunos, provocando quedas excessivas de preços no mercado interno, com prejuízos ao produtor. De outro lado seria eliminada também a possibilidade de gigantescas manobras especulativas como as que têm ocorrido nos últimos anos, quando grandes atacadistas e redes de comercialização açambarcam determinados produtos, "sentam" em cima dos estoques e provocam "puxadas" artificiais de preços — certos de que o Governo não poderá tentar impedi-los, diante dos protestos que essas medidas de intervenção no mercado sempre provocam junto aos agricultores e suas lideranças. Com os preços "máximos" o especulador correrá o risco de sofrer prejuízos, pois suas jogadas serão frustradas por importações ou vendas de estoque. Não haverá, assim, grandes "disparadas" de preços. Nem "pinotes" na inflação.

Tudo isso precisa ser entendido pelas lideranças agrícolas e agricultores em geral. O que só acontecerá se o Governo preocupar-se em explicar meticulosamente, repitadamente, os benefícios da nova política.